

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 16-B, DE 2015
(Do Sr. Andres Sanchez)

Dispõe sobre requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria especial aos atletas profissionais e semi profissionais de alto rendimento; tendo parecer: da Comissão do Esporte, pela aprovação (relator: DEP. MARCO ANTÔNIO CABRAL); e da Comissão de Seguridade Social e Família, pela rejeição (relator: DEP. JUSCELINO FILHO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

ESPORTE;

SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO DO PARECER DA
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar – PLP nº 16, de 2015, propõe que sejam adotados requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria especial aos atletas profissionais e semiprofissionais de alto rendimento.

Nesse sentido, assegura a concessão de aposentadoria especial ao segurado do Regime Geral de Previdência Social que exercer atividade esportiva de alto rendimento e que comprove tempo de contribuição no exercício dessa atividade por 20 (vinte) anos. Ademais, para terem direito a esse benefício, os atletas profissionais e semiprofissionais de alto rendimento deverão disputar campeonatos nacionais na categoria esportiva da qual pertencem e comprovar o tempo de contribuição e de atividade, mediante a apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social do Atleta Profissional ou da Certidão ou do Contrato que o manteve vinculado ao clube ou a agremiações integrantes do Sistema Desportivo Nacional.

Determina, ainda, que as despesas decorrentes da concessão da aposentadoria especial que se pretende instituir correrão à conta das dotações próprias do orçamento da Seguridade Social.

Em sua Justificação, o nobre Autor argumenta que os atletas profissionais e semiprofissionais de alto rendimento são aqueles que se preparam fisicamente para praticar determinada modalidade esportiva. Seja qual for a atividade pretendida, os desafios e dificuldades a serem trilhadas serão bastante similares, uma vez que todos são submetidos a intenso treinamento que ameaça a saúde física do atleta. Alega, ainda, que “a Lei não distingue que espécie de segurado é que terá direito à aposentadoria especial proposta, o que importa

dizer que pode ser qualquer um deles. A condição fundamental é o trabalho comprovado em atividades que coloquem em risco a saúde e a integridade física do segurado. A concessão do benefício da “aposentadoria especial” aos atletas profissionais e semiprofissionais de alta complexidade tem como objetivo corrigir injusta distorção, haja vista a exposição habitual e permanente desses trabalhadores a intenso treinamento que afeta a integridade física durante toda a sua vida laboral.”

A Proposição tramita em regime de prioridade, estando sujeita à apreciação do Plenário. Antes, porém, a análise da matéria caberá às Comissões de Esporte - CESPO; Seguridade Social e Família - CSSF; Finanças e Tributação - CFT e Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC. Na Comissão de Esporte - CESPO, o Projeto de Lei foi aprovado em 4 de outubro de 2017, com base em Parecer do Deputado Marco Antônio Cabral.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Inicialmente cabe destacar que a Constituição Federal, em seu art. 201, estabelece como objetivo da Previdência Social a cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.

O § 1º do citado art. 201 da Constituição Federal veda a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, ressalvados dois casos:

- 1) Atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, nos termos definidos em Lei Complementar. Nesses casos, aplica-se o disposto nos arts. 57 e 58, da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre Planos de Benefícios da Previdência Social, recepcionados com *status* de lei complementar, e que estabelecem as regras do denominado benefício “Aposentadoria Especial”.
- 2) Segurados com deficiência, aos quais se aplicam as regras contidas na Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013.

Desde a sua criação, a aposentadoria especial é um benefício concedido ao segurado que trabalhe sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Conforme mencionado anteriormente, a base legal da aposentadoria especial encontra-se na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1.991, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social, artigos 57 e 58.

No período anterior a 1995, a aposentadoria especial contemplava categorias profissionais como um todo. Assim, grande número de aposentadorias especiais era concedido a trabalhadores que não tinham sido, de fato, expostos a agentes nocivos no ambiente de trabalho, mas que pertenciam a categorias

profissionais específicas.

Em 1995, esse posicionamento legal foi revisto pela Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995. O direito à aposentadoria especial ficou restrito ao segurado efetivamente exposto aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, em caráter habitual e permanente, devendo o mesmo comprovar essa exposição durante o período equivalente ao exigido para a concessão do benefício, com base em laudos técnicos, elaborados, obrigatoriamente, pelas empresas, na forma estabelecida pela Previdência Social. Vedou-se, portanto, a concessão dessa aposentadoria por categoria profissional.

Verifica-se, portanto, que o Projeto de Lei Complementar nº 16, de 2015, vai de encontro às regras vigentes, ao buscar instituir uma aposentadoria especial para os atletas profissionais e semiprofissionais, bastando que para a concessão do benefício seja comprovado 20 anos de contribuição e que, por esse período, os segurados tenham disputado campeonatos nacionais na categoria esportiva da qual pertençam. Tanto a comprovação do tempo de contribuição como a do tempo de atividade serão feitas mediante a apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social do Atleta Profissional ou da Certidão ou do Contrato que o manteve vinculado ao clube ou a agremiações integrantes do Sistema Desportivo Nacional. Ou seja, contrariando a Constituição Federal, a Proposição não prevê que o atleta comprove o exercício de atividade prejudicial à saúde ou à integridade nem tampouco a exposição a agente nocivo.

Senhores, o Poder Legislativo tem um compromisso com os atletas de nosso país, que carecem de equipamentos públicos específicos para desenvolver as suas atividades e garantir estruturas de participação social.

Esta Casa já aprovou projetos de lei – de sua iniciativa ou do Poder Executivo – que concederam pensão especial a esportistas de grande expressão na vida pública nacional ou a seus familiares, mediante critérios subjetivos e meritórios. No entanto, a proposta ora sob análise desta Comissão mostra-se alheia às normas que regem a Previdência Social, já que os benefícios por ela concedidos pressupõem exigências específicas.

Conceder proteção previdenciária discriminada entre os vários segmentos da população, além de comprometer ainda mais o Orçamento da Seguridade Social, não é justo, pois pode privilegiar determinada categoria profissional em detrimento de todos os segurados da previdência social.

Importa, ainda, consignar, que, salvo melhor juízo, a proposta sugerida pelo nobre Deputado Andres Sanchez vai de encontro ao disposto no § 5º do art. 195 da Constituição Federal, segundo o qual nenhum benefício da Seguridade Social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total. De fato, a Proposição limita-se a mencionar que as despesas correrão à conta do Orçamento da

Seguridade Social, sem fazer qualquer menção às contribuições específicas para financiamento desse benefício previdenciário, previstas no art 57, § 6º, da Lei nº 8.213, de 1991. Obviamente, tal questão será analisada com maior rigor pelas Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Ainda nesse sentido, sua aprovação implicaria considerável impacto financeiro e orçamentário, em flagrante inobservância à Lei Complementar nº 101, de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, notadamente em seus arts. 15, 16 e 17, mais uma vez matéria que deverá ser amplamente avaliada pela Comissão de Finanças e Tributação e de Fiscalização Orçamentária.

Diante do exposto, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei Complementar nº 16, de 2015.

Sala da Comissão, em 05 de dezembro de 2018.

Deputado JUSCELINO FILHO
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Seguridade Social e Família, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela rejeição do Projeto de Lei Complementar nº 16/2015, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Juscelino Filho.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Juscelino Filho - Presidente, Odorico Monteiro, Ságuas Moraes e Miguel Lombardi - Vice-Presidentes, Adelson Barreto, Alan Rick, Alexandre Serfiotis, Assis Carvalho, Carmen Zanotto, Conceição Sampaio, Darcísio Perondi, Flavinho, Geovania de Sá, Geraldo Resende, Hiran Gonçalves, Jandira Feghali, Jean Wyllys, Jorge Solla, Leandre, Luciano Ducci, Mandetta, Padre João, Pepe Vargas, Rosangela Gomes, Sergio Vidigal, Toninho Pinheiro, Zenaide Maia, Adelmo Carneiro Leão, Afonso Hamm, Ana Perugini, Arnaldo Faria de Sá, Chico D'Angelo, Christiane de Souza Yared, Diego Garcia, Fabio Reis, Flávia Moraes, Giovani Cherini, Heitor Schuch, Hugo Motta, Lucas Vergilio, Marcus Pestana, Raimundo Gomes de Matos, Renato Andrade, Roberto Britto, Rôney Nemer e Veneziano Vital do Rêgo.

Sala da Comissão, em 12 de dezembro de 2018.

Deputado JUSCELINO FILHO
Presidente